



## ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE RIO REAL/BA

Andréia Silva de Alcântara <sup>1</sup>  
Ricardo Duarte dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

Os conflitos existentes no campo refletem as desigualdades econômicas e sociais que se firmam através da propagação dos latifúndios. Como meio de sobreviver no campo os pequenos produtores procuram diversificar sua produção afim de garantir a subsistência. No município de Rio Real a laranja é o principal produto direcionado ao mercado, porém os agricultores utilizam da policultura para garantir a subsistência da família. No município de Rio Real os pequenos produtores encontraram na agricultura orgânica uma alternativa de aumentar a qualidade e o valor do produto final em um novo mercado que está em ascensão. A agricultura orgânica iniciada no município de Rio Real com o apoio das políticas públicas e da organização dos pequenos produtores em associações e cooperativas se configura como uma alternativa de acesso a novos mercados através da diferenciação e valorização do produto. Porém os agricultores têm enfrentado diversos desafios em relação à infraestrutura, crédito, consciência política não só dos produtores, mas também da comunidade como um todo.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, produção de laranja, agricultura orgânica, políticas públicas

### RESUMEN

Los conflictos existentes en el campo reflejan las desigualdades económicas y sociales que se establecen a través de la expansión del latifundio. Como medio de supervivencia en el campo, los pequeños productores buscan diversificar su producción para garantizar su sustento. En el municipio de Río Real, la naranja es el principal producto dirigido al mercado, pero los agricultores utilizan el policultivo para asegurar el sustento de la familia. En el municipio de Río Real, los pequeños productores encontraron en la agricultura orgánica una alternativa para incrementar la calidad y valor del producto final en un nuevo mercado que está en alza. La agricultura orgánica iniciada en el municipio de Río Real con el apoyo de políticas públicas y la organización de pequeños productores en asociaciones y cooperativas se configura como una alternativa para acceder a nuevos mercados a través de la diferenciación y puesta en valor de productos. Sin embargo, los agricultores se han enfrentado a varios desafíos en relación con la infraestructura, el crédito, la conciencia política no solo de los productores, sino también de la comunidad en su conjunto.

**Palabras clave:** Agricultura familiar, producción de naranja, agricultura ecológica, políticas públicas

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, [andreiaalcantara05@gmail.com](mailto:andreiaalcantara05@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, [ricardoduarte.ds@gmail.com](mailto:ricardoduarte.ds@gmail.com)



## **INTRODUÇÃO**

Estudar a agricultura familiar e sua organização nos permite compreender as desigualdades econômicas que se configuram no meio rural. A industrialização estabelecida no campo afetou de maneira significativa o pequeno produtor que não tinha condições econômicas suficientes para modernizar sua produção e aderir ao sistema agroindustrial. Dessa maneira, a agricultura tradicional foi sendo substituída gradativamente pela agricultura convencional alicerçada nos pacotes tecnológicos e nos agroquímicos advindos pela revolução verde. A política de crédito rural adotada no Brasil beneficiou em maiores proporções, as grandes e médias propriedades de monocultivo. Essa política possibilitou os grandes produtores inserir-se na modernização da agricultura. Apresentamos aqui como objetivo geral, compreender a organização da agricultura familiar e suas estratégias frente a política de subsistência familiar estabelecida na pequena propriedade.

## **METODOLOGIA**

Esse artigo utilizou como método o estudo de caso, esse método é relevante em pesquisas empíricas<sup>3</sup>. Segundo Yin (2001), o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Em relação à metodologia, foram utilizados dados primários obtidos no município de Rio Real, a partir da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas nas seguintes fontes: pequenos produtores, secretário geral da Cealnor, gerente Comercial da Coopelnor, técnico Agropecuário que auxilia aos pequenos produtores da agricultura orgânica, representantes de algumas associações de pequenos produtores, gerentes de estabelecimentos comerciais de agroquímicos, presidente da associação responsável pela Escola Familiar Agrícola e alunos do curso técnico em Agroecologia oferecido pela Escola Estadual Tiradentes. Os dados secundários foram buscados junto a órgãos como: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEI (Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos), SEAGRI (Secretaria da Agricultura, irrigação e reforma Agrária), EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), ADAB (Agência Estadual Defesa Agropecuária Bahia), CEAMA (Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente), CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), INCRA (Instituto Nacional de Colonização



e Reforma Agrária), MA (Ministerio da Agricultura e do desenvolvimento), MAPA (Ministerio da Agricultura e Reforma Agrária), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Além de serem consultados, site da prefeitura municipal de Rio Real, livros e matérias digitais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A QUESTÃO AGRARIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O campo brasileiro é palco dos conflitos sociais, políticos, ideológicos e econômicos existentes no País como consequência da concentração de terras. A propagação de latifúndios em detrimento aos minifúndios polariza as desigualdades internas e as dificuldades dos pequenos produtores em cultivar e comercializar a produção.

O Brasil desde a colonização tem como pilar da economia a produção de gêneros alimentícios voltados à exportação. A política de agroexportação que segundo Stedile (2005) começou no Brasil colônia, utilizava de grandes extensões de terras para produzir - *plantation*.

O *plantation* seria a atual monocultura, que se configurou como modelo de produção agrícola, com objetivo de acelerar a produtividade da agricultura nas grandes fazendas. A preocupação do governo era incentivar a produção em larga escala e alimentar o mercado europeu. As políticas agrárias no Brasil historicamente privilegiam a grande propriedade e os principais produtos de exportação (cana-de-açúcar, algodão, gado bovino, café, milho, soja, trigo). A pequena propriedade e o abastecimento do mercado interno ficam em segundo plano.

As políticas brasileiras voltadas à mecanização da agricultura ganham expressão após a segunda guerra mundial. Este advento, possibilitou o País a aderir ao processo de industrialização, como forma de suprir a demanda por produtos derivados da agroindústria no mercado interno. Guimarães (1982) afirma que:

No Brasil as condições prévias para a industrialização da agricultura se dá a partir da década de 1940 com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos e a instalação, após um período de suprimento através de importações, das indústrias aptas a produzir insumos industrializados aqui mesmo dentro do país (GUIMARÃES, 1982,p.126).

Nas décadas de 1940 a 1970 o governo brasileiro intensificou o processo de modernização do campo, através do crédito rural, o que possibilitou aos latifundiários aderirem



o pacote tecnológico, proposto pela revolução verde. Sobre este assunto Rezende (1985) afirma que

O crédito rural subsidiado na segunda metade da década de 60 cumpriu papel fundamental na expansão agrícola na década de 70 reforçando através da redução de riscos o estímulo à produção agrícola, com a melhoria da relação de troca (aumento dos preços agrícolas vis-à-vis os preços industriais), proveniente do exterior [...]. Essa medida só beneficiava em curto prazo os produtos exportáveis (REZENDE, 1985, p.195-196).

A política de crédito rural subsidiado no Brasil serviu para reafirmar a conjuntura política na qual o País vem construindo ao longo do tempo. Políticas de exclusão socioeconômica, em que há uma, valorização do grande produtor exportador em detrimento ao pequeno produtor.

Pessôa (2004) salienta que a política de crédito subsidiado foi mal distribuída entre as regiões brasileiras. Houve uma concentração do crédito nas regiões Centro-Sul em relação às regiões Norte-Nordeste. Como uma parca distribuição de crédito rural subsidiado entre os pequenos produtores que produziam para o mercado interno. Dessa forma, os mais beneficiados com créditos, foram os grandes produtores que produziam cultivos voltados para exportação e que utilizavam mais intensamente insumos modernos.

Andrade (1981) também tece um comentário sobre as possibilidades de acesso ao crédito agrícola subsidiado, em relação ao grande produtor representado na figura do latifúndio e ao pequeno produtor representado pelo minifúndio. Em suas palavras:

O latifúndio dispõe de condições para captar grande parte do crédito agrícola subsidiado e de empréstimos fornecidos pelos bancos oficiais. Além de possuir forças políticas que pressionam a elevação do preço do seu produto acima dos custos de produção. Os pequenos produtores ao contrário, dificilmente conseguem acesso aos empréstimos bancários oficiais e têm a sua produção comercializada ao preço de mercado, muitas vezes inferior ao custo de produção (ANDRADE, 1981, p.84).

O Brasil na década de 1970 se voltou para a produção agroindustrial que, como foi discutido anteriormente, privilegiou alguns cultivos em relação a outros. O Programa de Preço Mínimo (1943) foi proposto pelo Governo Federal com objetivo de garantir a produção de principalmente culturas domésticas como: feijão, milho, arroz, amendoim, soja e semente de girassol (REZENDE, 1993).

O Programa de Preço Mínimo atenderia aos pequenos produtores, por serem eles, que trabalhavam com cultivos de subsistência. Porém, ocorreu à concentração das ações desse



Programa na produção de soja e milho, o que favoreceu em maiores proporções os latifundiários.

Outros programas foram elaborados pelo Governo Federal, sendo eles, a Aquisição do Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Estes programas possibilitavam que agricultores, pudessem reter o produto na safra para vender na entressafra (REZENDE, 1993). Às políticas públicas foram cruciais para o desenvolvimento da agroindústria e da modernização do campo brasileiro.

As políticas de desenvolvimento regional destinada ao setor agrícola adotaram o mesmo modelo de modernização da agricultura nacional. Ou seja, tais políticas beneficiaram em maior parte os latifúndios em detrimento aos minifúndios.

No Nordeste brasileiro, o Banco do Nordeste nasce em 1952, com objetivo de difundir o crédito agrícola advindo do Governo Federal (ANDRADE, 1981).

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) surge em 1959, com o papel de planejar e promover o desenvolvimento regional e especialmente, buscar ações sistemáticas de combate à seca. Em 2001, a SUDENE foi substituída pela ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste), cuja ação se remete aos Estados do Nordeste e ao norte de Minas Gerais (SEI, 2006).

O tratamento diferencial aos empreendimentos de menor porte torna-se evidente, apenas, no que diz respeito às condições de financiamento com maiores limites e retenções por parte do Banco do Nordeste. Na década de 1990, foram beneficiados 90% dos pequenos produtores com menos de 40% do crédito, e 2% dos grandes produtores com mais de 40% do crédito rural (PETTINGA; ALVES; PONTES 1994).

Nos anos seguintes (1995-2006) o Governo brasileiro fomentou ações destinadas à agricultura familiar, instituindo programas como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Garantia de Preço para a Agricultura Familiar

(PGPAF) e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL). Segundo a SEAGRI (1999) nos anos de 1999, o estado da Bahia recebeu financiamento do Banco do Nordeste, para tocar o Programa de Recuperação da Citricultura do Estado da Bahia. Esse programa foi executado com o apoio de órgãos como: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), SEAGRI (Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural), CNPMF (Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical), EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola), FAEB (Federação da Agricultura do Estado da Bahia)



e ASCIBA (Associações dos Citricultores da Bahia). Estes atuam na modernização do campo brasileiro, elaborando projetos que visem à inserção do pequeno produtor na agroindústria.

As políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura foram concentradas aos grandes produtores, como forma de aumentar a produção de *commodities*. Os programas destinados ao desenvolvimento rural brasileiro, não priorizaram a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno, mas sim, o investimento na modernização conservadora e altamente excludente do campo.

Esses programas, ditos de desenvolvimento rural atuaram como instrumento, a fim de aumentar a produção de alguns cultivos (soja, milho, mamona, café, cacau). Mantendo o mercado brasileiro na competição por novos mercados agroindústrias.

Já no estado da Bahia, o chamado desenvolvimento rural beneficiou as regiões do médio São Francisco, Extremo Sul e Oeste, em detrimento as demais regiões baianas. Dessa maneira, foram favorecidos com a agricultura mecanizada e com o sistema de irrigação o cultivo de frutas (uva, manga, melão, cacau), nas regiões do médio São Francisco e Extremo Sul. E o cultivo de soja no Oeste da Bahia (BAHIA, 1991).

A industrialização do campo brasileiro decorre da proteção direta do Governo nacional nas áreas de pesquisa, financiamento, aquisição da produção e criação de infraestrutura em estradas, armazenagem, eletrificação e irrigação. O Brasil nos anos de 1990, configurou-se como o terceiro maior importador de alimentos do mundo. Este cenário, favoreceu o fortalecimento de políticas públicas direcionadas a agricultura familiar (BAHIA, 1991).

Como instrumento de incentivo à produção de alimentos no Brasil, criou-se no Nordeste brasileiro (1993), o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que teve atuação direta no estado da Bahia (1995) denominado - Programa de Combate à Pobreza Rural. Este, tinha como objetivo propor a modernização do campo baiano, beneficiando as pequenas propriedades, com acesso ao crédito rural, assistência técnica, infraestrutura e pesquisa agropecuária (SOARES, 1997).

O Programa de Combate à Pobreza Rural buscou atender a agricultura familiar, através de projetos voltados à produção de alimentos de subsistência. A parca assistência técnica, mercados para comercializar a produção e fiscalização por parte do Estado, impossibilitaram a conclusão dos projetos (SOARES, 1997).

Na década de 1990, o Governo do Estado da Bahia, instituiu o Programa de Irrigação. Este Programa teve como parceiros, a Seagri, CAR (Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional), SNI (Secretaria Nacional de Irrigação) e o MAPA (Ministerio da Agricultura e





A modernização da agricultura, no município de Rio Real, ocorre gradualmente com a substituição do modelo tradicional de produção por mecanismos e insumos ditos modernos (tratores, agroquímicos, instalação de viveiros comerciais especializados na produção de mudas de laranjas isentas de patógenos e de elevada qualidade genética e material melhorado geneticamente). O município conta, ainda, com políticas públicas a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação) que apoiam e financiam projetos voltados à agricultura familiar.

As associações de pequenos produtores são entidades fundamentais no processo de desenvolvimento da agricultura. No município de Rio Real, foram catalogadas 25 associações que atuam na organização dos produtores, na busca de incentivos à créditos, negociação de dívidas, comercialização da produção e acesso a pesquisa e tecnologia. Além disso, é de grande importância a presença do Estado em suas instituições para atender à demanda dos pequenos proprietários rurais, a exemplo da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária).

O Governo brasileiro, através da Lei Federal nº 12. 512 de 14 de outubro de 2011 instituiu e ratificou programas de fomento as atividades produtivas rurais. Estes programas (PRONAF, PAA) são geridos pelo CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Quadro 1).

QUADRO 1- Rio Real/BA: Programas de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, 2010		
Programas	Número de beneficiários	Valor total repassado (em R\$)
PRONAF <sup>1</sup>	366	2.257.763,02
PAA <sup>2</sup>	10.580	483.096,44

Fonte: Elaborado por Andréia Alcântara com base em Brasil (2010).

1-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

2-Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Se forem observados os dados dos programas PRONAF e PAA e a quantidade de pequenas propriedades rurais existentes no município de Rio Real, constata-se que a quantidade de beneficiados ainda foi baixa, para o ano de 2010. Neste ano, a população do Município aproximou-se de 37 mil habitantes. E possuía 3.668 propriedades da agricultura familiar (IBGE,





2010) e, destes, apenas 366 foram beneficiados pelo PRONAF, por exemplo, representando apenas 10% das pequenas propriedades.

Já o PAA beneficiou 10.580 famílias, ou seja, aproximadamente 28% dos estabelecimentos da agricultura familiar, com a aquisição de alimentos (laranja, maracujá, mandioca, mamão, feijão, banana, milho, abacaxi, coco-da-baía).

Segundo a Lei Federal nº 12.512 de outubro de 2011, os produtos adquiridos da agricultura familiar são destinados às ações de Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo Federal. Em doações de cestas básicas para população carente, ou à formação de estoque que pode ser comercializado pelas instâncias governamentais (BRASIL, 2011).

No município em estudo a população economicamente ativa é de 18.446 habitantes. O setor econômico com maior representatividade é o setor primário que absorve 60% da população ativa no município. Entre as atividades do setor primário destacam-se a agricultura e a pesca que, juntas, absorvem 47% dos trabalhadores do município. Já as atividades da agropecuária concentram 13% dos trabalhadores ativos do município de Rio Real (IBGE, 2006).

A produção de laranja configura-se como elemento base da economia do município de Rio Real. Grande parte dos produtores veem no cultivo de laranja a possibilidade de permanecerem no campo.

Entre os fatores que favorecem o cultivo de laranja no município destacam-se: possibilidade de investir uma única vez no plantio da muda por ser um cultivo perene<sup>3</sup>, possibilidade de colher até três safras por ano, mercado em ascensão, infraestrutura viária, proximidade com a BR-101, distância de aproximadamente 250 km para os portos de Salvador e Aracaju por onde é escoada a produção de suco concentrado para o exterior (França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Coréia do sul, China e Austrália - Tabela 1).

TABELA 1 - Rio Real/BA: Evolução da Produção de laranja, 2004 a 2011.

Ano	Área/ha	Quantidade (toneladas)	Valor da produção (R\$)	Rendimento médio (Kg/ha)
2004	21.000	315.000	47.250	15.000
2007	23.000	460.000	82.800	20.000
2009	20.000	360.000	90.000	18.000
2011	20.000	360.000	115.200	18.000

Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2004, 2007, 2009, 2011. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

<sup>3</sup>Cultivo perene é aquele que após ser plantada e concluir um ciclo produtivo, não há necessidade de se replantar. Geralmente os cultivos perenes englobam o café, a laranja, a maçã, o limão, a goiaba, a manga entre outras (COX, 2010).



Outros fatores que favorecem o cultivo da laranja nos municípios são: clima seco a sub úmido, temperatura média anual de 23,5°C e pluviosidade de aproximadamente 949 mm (SEI 2011).

O município de Rio Real é caracterizado pela presença da agricultura familiar, como já apontado. A pequena propriedade representa mais de 80% dos estabelecimentos rurais e a principal atividade produtiva é o cultivo da laranja. Porém, os pequenos agricultores também produzem, mesmo que em pequena escala, cultivos de: amendoim, feijão, milho, banana, coco-da-baía, limão, maracujá, tangerina, abacaxi e mandioca (Tabela 2).

Através dos dados apresentados na Tabela 2, é possível evidenciar que a produção de laranja se configura como cultivo de maior representatividade em termos de produção e área plantada no município de Rio Real. Essa representatividade é construída por questões culturais e pelo mercado em ascensão, aliados, as características climáticas e do solo que favorecem o cultivo de citros.

TABELA 2 - Rio Real/BA: Produção Agrícola, 2019

CULTURAS	AREA (ha)	QUANTIDADE (toneladas)	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)	Rendimento médio (kg/ha)
Laranja	17.500	245.000	115.150	14.000
Maracujá	1.000	9.000	11.250	9.000
Mandioca	600	5.100	3.825	8.500
Limão	175	1.838	1.287	10.503
Mamão	115	4.140	3.726	36.000
Feijão (em grão)	650	546	1.092	840
Banana	15	105	116	7000
Amendoim (em casca)	170	204	592	1.200
Milho	4000	21.600	14.040	5.400
Tangerina	55	578	514	10.509
Coco-da-baía	900	5.400 (frutos)	2.700	6.000 (frutos/ha)
Abacaxi	10	120 (frutos)	132	12.000 (frutos/ha)

Fonte: Elaborado por Andréia Alcântara com base em IBGE, Produção Agrícola Municipal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Percebe-se, por outro lado, que a produção de cultivos anuais (mandioca, feijão, milho) é também bastante representativa e são os que garantem a subsistência da maior parte dos



agricultores familiares, para a venda ou para o consumo próprio. Em trabalho de campo, percebemos como a pequena propriedade se organiza produzindo citros, intercalados, com as culturas anuais (Foto 2).



Foto 2: Estabelecimento com produção orgânica de laranja, milho, hortaliças.  
Fonte: Andréia Alcântara, Rio Real - BA, 2013.

Os pequenos produtores comercializam apenas o excedente dos cultivos anuais, pois a prioridade é o abastecimento das famílias. Quando há excedente os produtos são comercializados diretamente com os consumidores nas feiras livres do município, em suas propriedades individualmente e/ou junto à Coopealnor (Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia). Os pequenos produtores comercializam apenas o excedente dos cultivos anuais, pois a prioridade é o abastecimento das famílias. Quando há excedente os produtos são comercializados diretamente com os consumidores nas feiras livres do município, em suas propriedades individualmente e/ou junto à Coopealnor (Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte da Bahia)

## **ORGANIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE RIO REAL - BA**

O município de Rio Real possui sua na área rural a predominância da agricultura familiar. Mas é importante ressaltar que a grande maioria dos estabelecimentos rurais ( 82%) são minifúndios, ou seja, possuem menos que um módulo fiscal<sup>4</sup>. Em relação à propriedade da terra, grande parte dos pequenos produtores (97,3%) são proprietários e 2,7% dos trabalhadores rurais cultivam em terras de outros, conforme Tabela 3.

---

<sup>4</sup>No município de Rio Real 1 módulo fiscal corresponde a 30 hectares (INCRA, 1997).



TABELA 3 - Rio Real/BA: Condição do Produtor, 2010

Condição do produtor	Estab. (nº)	Estab.(%)	Área (ha)	Área (%)
Proprietário	3.638	97,3	108.321	96,7
Arrendatário	9	0,2	647	3
Parceiros	11	0,3	10	0,1
Ocupantes	73	2	428	0,2
Produtor sem área	6	0,2	-	-
Total	3.737	100	216.821	100

Fonte: Elaborado por Andréia Alcântara com base em IBGE (2010).

Grande parte dos pequenos produtores são proprietários de seus estabelecimentos. Porém, percebe-se pelo número expressivo de minifúndios, que o processo de subdivisão da pequena propriedade tem sido constante com a reprodução da família.

O patriarca da família divide o pequeno lote de terra entre os filhos, já que estes não possuem condição financeira de adquirir sua propriedade. E, assim, os minifúndios se propagam no meio rural.

É possível constatar, também, que no município de Rio Real há 99 produtores que não possuem terra, esses produtores são subordinados aqueles que possuem terra. Seja na condição de trabalhador sazonal os chamados bóias-frias, ou na condição de arrendatários, parceiros e ocupantes.

Moreira (2000) já discutia que a pequena produção familiar foi historicamente conformada pela ideologia de subsistência. Com o fim da escravidão os “ex-escravos”, sem moradia, eram absorvidos pelos “senhores” que lhes ofereciam morada, de favor, no fundo do quintal.

Esses agricultores (“ex-escravos”) produziam em sistema de parceria alimentos básicos (feijão, arroz, milho, aipim) garantindo a subsistência da família, ao mesmo tempo, em que possibilitava aos latifundiários investirem na monocultura. A situação hoje não é tão diferente para quem não tem terra. Estes vendem sua força de trabalho nas atividades sazonais ou migram para a cidade em busca de meios que garantam sua sobrevivência.

Em relação ao uso da terra no município de Rio Real, 48% dela está destinada à reserva legal. Entre os solos cultiváveis, a área é destinada às seguintes atividades: lavouras permanentes, pastagem, lavouras temporárias e os sistemas agroflorestais.

Os cultivos permanentes são de grande relevância na composição da renda familiar, com predominância da citricultura (principalmente laranja) e do coco-da-baía. No cultivo temporário



os principais produtos são: maracujá, mandioca, feijão e o amendoim. No sistema agroflorestal ganha destaque a produção de eucaliptos para abastecer a indústria madeireira.

Contudo, também é acentuada a presença de terras degradadas (erodidas, salinizadas, entre outros) como consequência do manejo incorreto do solo, como é o caso da pecuária extensiva. No Município, o solo é caracterizado por apresentar baixa fertilidade, acidez e compactação da camada superficial do solo (SEI, 2006).

O modelo convencional<sup>5</sup> de produção, com a utilização de insumos químicos e máquinas pesadas na agricultura, é preponderante no município de Rio Real. Tecnologias como aração, que utilizam máquinas pesadas e gradagem profundas, provocam a compactação e a erosão do solo. Com isso, considera-se a necessidade de adoção de práticas de manejo adequadas para recuperação das áreas degradadas (Tabela 4).

TABELA 4 - Rio Real/BA: Utilização da Terra, 2010

Utilização da Terra	Estab.(nº)	Estab.(%)	Área (ha)	Área (%)
Lavouras permanentes	2.847	51	27.355	25
Lavouras Temporárias	981	17	1.356	1,0
Área plantada com forrageiras p/ corte.	29	1,0	77	1,0
Pastagem natural	469	8	7.502	7,0
Pastagem plantada degradada	145	2,5	3.271	3,0
Pastagem plantadas em boas condições	439	8,0	14.907	13
Matas e/ ou floretas naturais, destinadas a preservação permanentes ou reserva legal.	102	2,0	47.998	44
Matas e/ ou floretas naturais, destinadas à preservação permanentes e sistema agroflorestais.	159	3	3.983	4
Sistema agroflorestais área cultivadas com espécies florestais e também utilizadas para lavouras e pastejo por animais	36	1	386	0,5
Tanques, lagos, açudes. Área de água publica para exploração da agricultura.	71	1,0	40	0,2
Construção benfeitorias ou caminhos	172	3	711	0,7
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas).	27	1,0	227	0,2
Terras improdutíveis para agricultura (pântanos, areias, pedreiras).	58	1	198	0,2
Total	5.535	100	108.011	100

Fonte: Elaborado por Andréia Alcântara com base em Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

<sup>5</sup>Agricultura convencional também denominada de agricultura moderna ou industrial foi consolidada após o processo de modernização do campo como consequência da revolução verde. Esse modelo de produção tem como características o uso de agroquímicos, sementes geneticamente modificadas, mecanização da produção e a dependência da agricultura a indústria (CAPORAL, 2009).



Como consequências da degradação do solo e o uso insumos químicos que incentive a produtividade imediata na agricultura, estão a substituição de insumos orgânicos por insumos industriais. No município em estudo, foram catalogados seis estabelecimentos que atuam na comercialização de insumos químicos. Em trabalho de campo, o gerente de um dos estabelecimentos pontuou que os insumos mais utilizados na agricultura do município são: *Agritosto, Decis, Supracio, NPF 10.10.10, Ureia, NPK 20.10.20, Roundup e Forth Solúveis*.

A fiscalização do uso de agroquímicos é de responsabilidade de órgãos como o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) que avalia a eficácia agrônômica do produto, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que avalia os riscos para a saúde dos trabalhadores e dos consumidores e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), responsável por avaliar os riscos para o meio ambiente (LONDRES, 2010).

Em entrevistas, parte dos produtores pontuou que não se sentiam bem ao manusear os insumos químicos. Nas palavras do Agricultor 1 (2013):

[...] eu trabalhava com veneno e eu me sentia mal, eu tenho alergia ai tinha dias quando eu trabalhava com veneno era capaz de não dormir de noite, com dor de cabeça, dor no estômago várias reações em mim e eu fui percebendo eu não tinha isso, fui percebendo que era através dos produtos que eu estava usando (Agricultor 1, Rio Real/BA, 2013).

Essa realidade é tida como normal para os agricultores, pois eles convivem com essa situação diariamente. O modelo de produção preponderante no município é o convencional e o uso de agroquímico é constante. Muitos dos produtores não recebem ajuda técnica na aplicação dos insumos na lavoura e fazem ao seu parco entendimento. Nas palavras da Agricultora 1:

[...] teve uma época que eu trabalhava tanto com o *Roundup* que até no arrote eu sentia o cheiro do remédio, eu arrotava chega amargava eu pensei que ia morrer eu respirava muito pouco com a máscara por isso não usava. Eu colocava a bomba de 20 litros nas costas para pulverizar a laranja no outro dia as costas estavam inchada e vermelha (Agricultora 1, Rio Real/BA, 2013).

O município de Rio Real conta com 741 estabelecimentos rurais de pequenos agricultores que utilizam agroquímicos na produção agrícola (IBGE, 2006). Em trabalho de campo, percebemos que os pequenos agricultores não utilizam meios de segurança no uso de agroquímico, conforme diferentes relatos dos próprios agricultores e agricultoras.

Segundo a Lei Federal 7.802, de 11 de julho de 1989, a aplicação de agrotóxicos no campo só pode ser realizada com o uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual). O uso



de equipamentos adequados diminui a possibilidade da contaminação direta com o agroquímico. Segundo Londres (2010) a contaminação por uso de agroquímico pode provocar dores de cabeça, dores abdominais, enjôos, vômitos, dermatites, câncer, disfunções na tireóide, abortos, partos prematuros, doenças neurológicas, entre outras consequências. Alguns destes foram identificados pelos produtores entrevistados.

Em trabalho de campo, percebemos a preocupação dos produtores com o descarte das embalagens dos agroquímicos. Já que o município de Rio Real não possui ponto de coleta, os agricultores dizem que devolvem as embalagens dos agroquímicos nos estabelecimentos comerciais onde os produtos foram adquiridos.

## **ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE RIO REAL**

O município de Rio Real conta com 32 produtores orgânicos e 10 produtores em transição da agricultura convencional para agricultura orgânica. Apenas os 32 produtores são certificados com os selos (IBD e *Fair Trade*) e podem comercializar a produção como agricultura orgânica junto a Coopealnor.

A laranja orgânica é matéria prima para o suco concentrado que é exportado em *containers* em parceria com a Tropfruite Nordeste S/A (empresa processadora de laranja localizada no estado de Sergipe). O suco não possui marca da Cealnor, mas em rótulo é pontuado sua origem. O suco orgânico concentrado é destinado aos países da Holanda, Bélgica, Alemanha, Suíça e França. Já os produtos *in natura* (coco baia, maracujá, limão, laranja, abóbora e melancia) são comercializados com o estado de São Paulo e em feiras orgânicas. Foram comercializados, entre os anos de 2008 até o primeiro semestre de 2013, 1.247.787 toneladas de produtos orgânicos para o mercado interno e aproximadamente 61 mil toneladas de suco concentrado de laranja para a União Europeia (Coopealnor, 2013).

Um dos motivos que favorecem a comercialização dos produtos orgânicos é o acréscimo de 30% no valor do produto. E em relação à produção de laranja, a estabilidade do preço, ou seja, não ocorre oscilação no preço da laranja orgânica como ocorre na laranja convencional. A tonelada da laranja orgânica custa, em média, R\$ 650,00 a tonelada (t) comercializada na Coopealnor. Com as taxas administrativas da Coopealnor e da Cealnor é repassado para o produtor o valor líquido, em torno de R\$ 300,00 t. (Agricultor Familiar 3, 2013).

A Coopealnor recebe 15% do valor da venda dos produtos para o mercado *in natura* e 30% na comercialização da laranja para o suco orgânico (Agricultor 4). Parte dos produtores



que tivemos contato estavam insatisfeitos com essa política na venda da laranja por considerar um preço abusivo na comercialização. Na comercialização do suco concentrado de laranja, além do recebimento do valor comercializado do suco, os produtores recebem uma porcentagem na venda do suco orgânico que é chamado de repasse (renda adicional gerada pela venda do suco feito com as laranjas dos agricultores associados). O preço da laranja convencional oscila constantemente no mercado. Nos períodos de entressafra os preços para compra de laranja ficam em torno de R\$ 300,00 a tonelada. Nos períodos de safra que ocorre entre os meses de junho e julho os preços caem para R\$180,00 e R\$200,00 a t., podendo até chegar à metade desse valor (SANTOS, 2009).

Os produtos orgânicos possuem custo mais elevado que o convencional. Porém, em relação às hortaliças o processo de decomposição é mais lento do que nas hortaliças convencionais. Os produtores orgânicos que não possuem certificação, mas são associados à Cealnor vendem na feira livre e suas barracas são identificadas com uma “plaquinha” da Cealnor que serve como orientação ao consumidor de que aqueles produtos são orgânicos (Foto 5).



Foto 5: Comercialização em feira livre de produtos orgânicos  
Fonte: Andréia Alcântara / Rio Real - BA, 2013

Entre as formas de comercialização dos produtos destacam-se as compras governamentais através do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar. Com isso, as Escolas, Creches, Hospitais e outras instituições públicas adquirem 30% dos alimentos nos estabelecimentos da agricultura familiar.

De modo geral são muitas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, principalmente em relação à comercialização da produção. Ao trabalhar com produção em pequena escala, o agricultor familiar necessita comercializar a produção o mais rápido possível





para manter o sustento da família. Desse modo, os atravessadores se apropriam das circunstâncias e adquirem os produtos a custos menores que os do mercado. O produtor tem consciência desse sistema, mas por não ter muitas alternativas para escoar a produção, submete-se a esse tipo de comercialização, em que a maior parte dos lucros fica com os atravessadores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revolução verde trouxe a dependência do pequeno produtor ao uso de agroquímicos e de máquinas específicas para agropecuária. Para o pequeno produtor que não tinha condições de manter o ritmo acelerado de substituição das máquinas. Aquelas já ultrapassadas acarretaram consequências como perda de fertilidade do solo através da compactação, erosão e contaminação do solo. Os pequenos produtores que não conseguiram acompanhar o processo de industrialização do campo foram incorporando as técnicas da agricultura alternativa, por apresentarem baixos custos de produção. No entanto, eles não romperam de vez com as técnicas convencionais, transformando seu sistema de produção misto, utilizando saberes da agricultura tradicional e saberes da agricultura convencional.

Os produtores que conseguiam romper com as técnicas convencionais, encontraram nas técnicas orgânicas mecanismos de produção que trouxeram um diferencial. Pois, os alimentos produzidos sem o uso de agroquímicos agregam valor no mercado. Os produtos “orgânicos” são, em sua maioria, comercializados nas feiras livres locais e outros são comercializados juntos a Coopealnor que garante um preço mínimo na comercialização. Existem muitos conflitos e desigualdade no meio rural, mas também é percebido que os pequenos agricultores encontram-se politizados, organizados e conscientes de suas ações, dos seus direitos e de sua importância enquanto pequeno produtor. Mas, não basta apenas os produtores serem conscientes, é preciso que as políticas públicas favoreçam a inserção dos pequenos produtores no mercado e garantam uma comercialização a preços justos.

O município de Rio Real é configurado como município com a maior monocultura de laranja do Estado da Bahia. Mudar essa realidade é uma tarefa complexa, porém possível. A conscientização dos pequenos agricultores e seu processo de transição do modo de produção convencional para um modelo de agricultura mais saudável, o próprio papel da Cealnor em difundir as questões de segurança alimentar e conservação do meio ambiente, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, a criação de cursos técnicos em agroecologia são instrumentos que contribuem para a mudança do sistema de monocultura para policultivo no município de Rio Real.



## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia\\_-short-port.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_-short-port.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia Y Desarrollo**. Revista de CLADES. N° 1 Marzo, 1991. Disponível em <http://www.clades.org/r1-art2.htm>. Acesso em 12/07/2013.

ALMEIDA, Jalcione. **Por um novo sentido à prática da agricultura**. Porto Alegre, julho de 2008. In: ALTIERI, M. A (org). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* / – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. Disponível em <[http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia\\_-short-port.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_-short-port.pdf)> Acesso em 30/04/2013.

BUTTEL, F.H. **Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar**. Agricultura y Sociedad, n° 74, Jan./mar, 1995.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em [http://ba.transparencia.gov.br/Rio\\_Real/receitas/convenios](http://ba.transparencia.gov.br/Rio_Real/receitas/convenios). Acesso em 12/04/2013.

BRASIL. **Alimentação adequada e saudável: direito de todos**. 4º conferência nacional de segurança alimentar e nutricional. 2013. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-1/arquivos/programas-municipios>. Acesso em 05/06/2013.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm)> Acesso em 12/03/2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. – Brasília : 2009. 398 p. : il.

COX. Stan. **Fincando raízes**. Revista Globo Rural. Cientistas norte-americanos tentam desenvolver variedades perenes de trigo e outros grãos, o que acabaria com a necessidade de plantios anuais. Disponível em <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1677710-5809,00.html>. Acesso em 20/07/2013.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 1, n. 1, p. 02-55, Florianópolis: Interthesis, 2004.

GOLÇALVES, Sérgio. **Agroecologia e a Reestruturação do Desenvolvimento Rural**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia/MG, 2012. Disponível em <[www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../6978](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../6978)> Acesso em 30/04/2013



HECHT, S. B. **A evolução do pensamento agroecológico.** In: ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 20/04/2013.

LONDRES, Flavia. **Almanaque dos Agrotóxicos.** Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Rio de Janeiro 2010. Disponível em <<http://www.memorialapodi.com.br/biblioteca/agrotoxicosnacional/docs/Publicacao%20,%20ANA%20Almanaque%20dos%20Agrotoxicos%20,%202018.09.10.doc>> Acesso em 09/04/2013.

INCRA - Ministério Extraordinário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diretoria e Cadastro Rural/ publicação de Índice Básico de 1997.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 20/05/2013.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Uso atual das terras: Bacias dos Rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real.** — Salvador: SEI, 2006.

SCHULTZ, Glauco. **Agroecologia, Agricultura Orgânica e Institucionalização das Relações Com O Mercado Nas Organizações de Produtos do Sul do Brasil.** Revista Agrária n° 7, São Paulo 2007. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/130>> Acesso em 22/04/2013.

SANTOS, J. R. D. **A Territorialização dos Conflitos e das Contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo, 2009.

SILVA, Jose Graziano da. **Tecnologia e Agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.